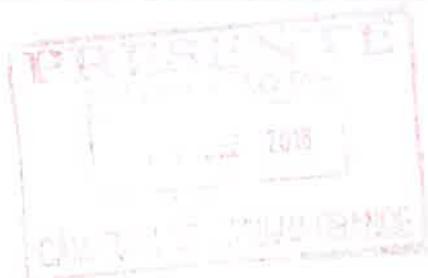


Documentos de Gestão Previsional



2017-2019



www.tumg.pt



TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE



[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]

Índice

Órgão Sociais	4
Apresentação	5
Cálculo do Contrato-Programa 2017	8
Instrumentos de Gestão Previsional	10
Pressupostos Gerais	11
Rendimentos	13
Gastos	15
Plano Anual de Investimento 2017	19
Orçamento de Exploração Plurianual 2017-2019	20
Orçamento Anual de Tesouraria 2017	22
Balanço Previsional 2017-2019	23
Parecer do Fiscal Único	



TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

Documentos de Gestão Previsional 2017 - 2019

[Faint stamp: RECEBIDO 27/01/2019]

[Handwritten signatures in blue ink: CX, CR, A, G, P, H, and a large signature]

3

Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Presidente: Paulo Jorge Campos Vicente

Vogal: Maria de Fátima Malessio Cardoso

Fiscal Único

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda.

Edifício Maper - Escritório AL

2430-527 Marinha Grande

Sede Social

Rua Pereira Crespo S/N

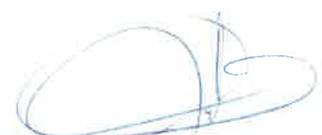
2430-2430 Marinha Grande

Telf.: 244 570260

Fax: 244 570261

Web: www.tumg.pt

Email: geral@tumg.pt



Apresentação

Em 2016 a Tumg teve como objetivo a consolidação das alterações efetuadas quer nas linhas de transportes urbanos quer no modelo de gestão deste segmento de atividade, tendo para tal efetuado em 2015, um investimento no valor de 218.538,70 €.

Em 2017, pretendemos prosseguir os objetivos cruciais de racionalização e eficiência, sempre na perspetiva de responder às necessidades de deslocação da população residente na Marinha Grande.

Deste modo, e por áreas de atividade da empresa, procuraremos atingir os seguintes objetivos:

Transportes Urbanos

O investimento efetuado nos transportes urbanos, permitiu à Tumg alcançar uma maior autonomia operacional, e paralelamente reduzir o valor da subcontratação.

A aquisição de 2 mini autocarros, do sistema de bilhética e o recrutamento de 3 novos motoristas, permitiu-nos iniciar o caminho da autonomização progressiva quanto aos meios humanos e materiais necessários para garantir a prestação do serviço.

Atualmente a Tumg garante por meios próprios, o serviço de transportes urbanos das linhas azul, verde e amarela, sendo a subcontratação necessária para garantir apenas as linhas vermelha e roxa.

Em 2017, é nossa intenção proceder à aquisição de mais um mini autocarro, a afetar ao serviço de transportes urbanos, atenta a necessidade de garantir a continuidade do serviço, em caso de imobilização das restantes viaturas.

Atualmente a Tumg é proprietária de 5 mini autocarros, estando 4 afetas às linhas azul, verde e amarela e 1 às extensões que são efetuadas ao Pilado e à Amieira. Em caso de imobilização destas viaturas, temos necessidade de proceder ao aluguer dum autocarro, a fim de não comprometer o serviço.

A aquisição deste autocarro permitir-nos-á reforçar a nossa autonomia, no que se refere aos meios operacionais necessários a garantir a prestação do serviço.



Estacionamento

- Não estão, para já, previstas alterações ao Regulamento Municipal de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande.
- Relativamente ao orçamento para 2017, não estão previstas oscilações de relevo quanto ao valor da receita proveniente deste segmento, nem quanto aos custos de exploração inerentes.
- É importante lembrar que a existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público.

Transportes Escolares

- Dando cumprimento às necessidades manifestadas pelo acionista, o nível de prestação deste segmento de atividade foi alterado em 2016.
- Em 2016, apenas uma viatura pertencente à frota da Tumg, integra os transportes escolares, estando subcontratados 5 autocarros com lotação de 55 lugares para o Concelho da Marinha Grande e 1 para Vieira de Leiria.
- De destacar o esforço de racionalização dos transportes escolares que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município, na medida em que estes autocarros são utilizados para a realização de diversas atividades desportivas e culturais promovidas pelos Agrupamentos escolares e pelo próprio Município.
- Este modelo de exploração, continuará em vigor em 2017.
- A Tumg continuará a assegurar o serviço de:
 - Transporte entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição dos alunos dos jardins-de-infância e do 1º ciclo do ensino básico;
 - Transporte de alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico público entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino;

- Transporte de alunos entre o seu estabelecimento de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar.
À prestação de serviços a subcontratar serão incluídos os vigilantes, conforme estabelece a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, o que fará com que o encargo correspondente seja mais elevado.

Transportes Subsidiados e Ocasionais

- Neste segmento de atividade, continuaremos a prestar serviço de transporte de passageiros, no âmbito de atividades e projetos de caráter educativo, cultural, social e desportivo, desenvolvidos ou apoiados pelo Município, dando deste modo resposta às necessidades de deslocação de várias instituições do Concelho da Marinha Grande.

Continuaremos a desenvolver processos de melhoria do desempenho em todos os segmentos de atividade, perspetivando a melhoria contínua da eficiência.

Uma vez mais reiteramos a importância do cariz social do serviço prestado no âmbito dos transportes urbanos, razão pela qual e por indicação do Município, o tarifário permanecerá inalterado em 2017.

Pretendemos continuar a seguir um modelo de gestão assente no rigor e no compromisso da satisfação de uma necessidade de interesse geral, com o principal intuito de servir a população da Marinha Grande.



Cálculo do Contrato-Programa para 2017 – Transporte Urbano de Passageiros

O valor do contrato-programa proposto para o transporte urbano de passageiros relativo ao ano de 2017, é de 438.730,41 € (quatrocentos e trinta e oito mil setecentos e trinta euros e quarenta e um cêntimos), valor este que representa uma diminuição de 0,50% face à proposta apresentada no ano anterior. Este valor resulta do seguinte:

- O valor da subcontratação para o segmento dos transportes urbanos para o ano de 2016, foi de 238.169,16 € (duzentos e trinta e oito mil cento e sessenta e nove euros e dezasseis cêntimos), valor este que garante o serviço em duas linhas (vermelha e roxa).

Esta subcontratação resultou do lançamento de um concurso público, cujo critério de adjudicação foi o mais baixo preço, pelo que outros concorrentes apresentaram outras propostas, sendo a mais elevada no valor de 288.359,63 €.

Atendendo à imprevisibilidade do mercado, o valor da adjudicação para 2017 foi calculado com base no valor contratualizado em 2016, acrescido de uma margem de 1%, que cobre a taxa de inflação prevista.

- As depreciações do investimento efetuado em 2015, designadamente para aquisição dos 2 autocarros e do equipamento de bilhética, foram consideradas no exercício de 2016, na medida em que só entraram em funcionamento efetivo no dia 02 de janeiro de 2016.

Em 2017, a aquisição de um mini autocarro terá impacto direto no exercício, pelo que as depreciações incluem o valor de 10.062,50 € que corresponde à aplicação da taxa legal de 12,50% (6 meses).

De salientar que o valor das depreciações consideradas no cálculo do contrato-programa para 2016 foi de 58.670,51 € e para 2017 esse valor ascende aos 75.555,64 €, acréscimo este que resulta do investimento que tem vindo a ser efetuado nos transportes urbanos.

- No que se refere às receitas próprias da atividade, o valor considerado é o que resulta do valor previsto à data de 31 de dezembro de 2016, com projeção da informação contabilística apurada em 30 de junho de 2016.



- Uma vez que os valores dos custos e proveitos de cada uma das linhas são distintos, dependendo dos recursos materiais e humanos afetos a cada uma e da consequente procura, os gastos foram calculados a partir do sistema de contabilidade analítica da empresa, projetados à data de 31 de dezembro de 2016.

Com base nestes pressupostos, apresentamos o cálculo do valor do subsídio à exploração para 2017:

CALCULO DA INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA

Orçamento 2017

Gastos Diretos	240.550,85
Valor Adjudicação Concurso 2017	
Transportes Urbanos	240.550,85
Outros Gastos	338.804,02
Valor Apurado sistema de Contabilidade Analítica	
Transportes Urbanos	
9230X61- Serviços Subcontratados	
9230X62- Serviços Diversos	101.564,44
9230X62- Gastos com pessoal	161.375,42
92301641 - Depreciações	75.555,64
92301681 - Impostos	308,22
92301688 - Outros	
9230169 - Gastos Perdas Financeiras	0,30
1) GASTOS TOTAIS COM TRANSPORTES URBANOS	679.364,87
Proveitos próprios da Atividade	
Transportes Urbanos	
Bilhetes	62.903,18
Bilhetes a bordo	48.230,16
Bilhetes pré-comprados	14.673,02
Passes	77.718,22
Geral	29.348,98
Jovens	26.171,78
Seniores	21.269,22
Cartões	928,24
Outros	3,06
Publicidade	
Outros	3,06
2) PROVEITOS COM TRANSPORTES URBANOS	140.624,46
3) INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA (1 - 2)	438.730,41

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Red rectangular stamp with the date "13 MAR 2016" and other illegible text.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Instrumentos de Gestão Previsional

Apresentamos de seguida os instrumentos de gestão previsional para o triénio 2017-2019, elaborados em conformidade com a Lei 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente nos termos estatuídos no n.º1 do seu artigo 42.º e dando cumprimento ao n.º 3 do artigo 12.º dos estatutos da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM, Unipessoal S.A.

Assim, no respeito pela legalidade dos estatutos, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral os presentes instrumentos de gestão previsional, para discussão e votação.

- Orçamento Rendimentos 2017
- Orçamento Gastos 2017
- Plano Anual e Plurianual de Investimentos 2017
- Orçamento Anual de Exploração 2017-2019
- Orçamento Anual de Tesouraria 2017
- Balanço Previsional Plurianual 2017-2019



Pressupostos Gerais

Conjuntura económica na zona euro

Prevê-se que o crescimento económico na Europa continue a ser moderado, uma vez que o desempenho dos seus principais parceiros comerciais abrandou e alguns dos efeitos dos fatores até agora favoráveis começam a desvanecer-se. Em consequência, o crescimento do PIB na área do euro deverá manter-se moderado durante o período 2015-2017. Segundo as previsões da primavera, a Comissão espera que o crescimento do PIB da área do euro atinja 1,6 % em 2016 e 1,8 % em 2017, contra 1,7 % em 2015 (previsões do inverno: 1,6 % em 2015, 1,7 % em 2016 e 1,9 % em 2017).

O crescimento do PIB na UE deverá diminuir, passando de 2,0 % no ano passado para 1,8 % em 2016 e 1,9 % em 2017 (previsões do inverno: 1,9 % em 2015, 1,9 % em 2016 e 2,0 % em 2017).

A política monetária muito flexível permitiu criar as condições para uma retoma do investimento ao tornar o acesso ao financiamento mais fácil e mais barato.

Apesar das exportações da área do euro estarem ainda a beneficiar em certa medida da depreciação do euro, a recente subida da taxa de câmbio poderá tornar a área do euro mais vulnerável aos efeitos do abrandamento do crescimento mundial.

O crescimento económico deverá aumentar ou manter-se globalmente estável na maioria dos Estados-Membros ao longo do período abrangido pelas previsões. Prevê-se que as economias de todos os Estados-Membros cresçam no próximo ano, mas de forma desigual nos vários Estados da UE.

O mercado de trabalho deverá melhorar, embora a um ritmo moderado, devido ao efeito diferido da melhoria das condições cíclicas e da contenção do aumento dos salários. As reformas do mercado de trabalho aplicadas nos últimos anos nalguns Estados-Membros e as medidas de política orçamental também contribuem para a criação líquida de emprego. Prevê-se que a taxa de desemprego na área do euro desça para 10,3 % em 2016 e 9,9 % em 2017, contra 10,9 % em 2015. Na UE no seu conjunto, prevê-se que a taxa de desemprego diminua de 9,4 % em 2015 para 8,9 % em 2016 e 8,5 % em 2017.

Quanto ao défice agregado das administrações públicas, tanto na área do euro como na UE, as previsões apontam para uma diminuição este ano e no próximo, num contexto de crescimento económico e de taxas de juro baixas. O défice das administrações públicas na área do euro no seu conjunto deverá diminuir, passando de 2,1% do PIB em 2015 (na UE, 2,4 %) para 1,9 % em 2016 (na UE, 2,1 %) e 1,6 % em 2017 (na UE, 1,8 %), no pressuposto de que as políticas se mantenham inalteradas. O seu rácio dívida/PIB deverá continuar a diminuir progressivamente, passando de 94,4 % em 2014 para 91,1 % em 2017 (na UE, 85,5 %).

Devido à descida dos preços do petróleo no início de 2016, a inflação passou para valores negativos. Prevê-se que a inflação permaneça próxima de zero a curto prazo, mas deverá aumentar de forma mais significativa no segundo semestre deste ano, como consequência da gradual subida dos preços da energia e dos preços internos, devido ao reforço da procura interna. A inflação dos preços no consumidor deverá atingir 0,2 % na área do euro este ano (na UE, 0,3 %) e 1,4 % em 2017 (na UE, 1,5 %).

As previsões apresentadas pela Comissão Europeia estão rodeadas de grandes incertezas. Existem diversos riscos externos, como a possibilidade de um crescimento mais lento dos mercados emergentes, em particular da China, que poderá aumentar os impactos negativos. Também a incerteza ligada às tensões geopolíticas continua a ser elevada e poderá afetar as economias europeias de uma forma mais negativa do que o previsto. As oscilações dos preços do petróleo ou turbulências nos mercados financeiros poderão também constituir um entrave ao crescimento europeu.

Os riscos ligados à evolução da situação interna da UE continuam a ser consideráveis, como, por exemplo, os ligados ao ritmo de execução das reformas estruturais e à incerteza em relação ao resultado do referendo no Reino Unido sobre a sua permanência na UE.



A Tumg prosseguirá uma política de racionalização de recursos. Os instrumentos de gestão previsional que se apresentam, refletem essa preocupação: por um lado a redução de custos, por outro lado a objetivação do aumento da receita, numa projeção assente em dados realistas.

Os mapas previsionais foram elaborados com base nos valores acumulados da contabilidade geral e analítica do mês de junho de 2016, projetados a 31 de dezembro de 2016.

Rendimentos

A nossa previsão para os rendimentos em 2017, situa-se nos 918.734,79 euros distribuídos pelas seguintes rubricas:

RENDIMENTOS			
	Orçamento 2017	Orçamento 2016	Variação
Prestação de serviços	480.003,40	503.332,67	-4.6%
Subsídio à exploração	438.730,41	440.832,57	-0.50%
Outros rendimentos e ganhos	0,02	843,96	-100%
Juros dividendos e outros rendimentos similares	0,96	936,71	-99.99%
TOTAL DOS RENDIMENTOS	918.734,79	946.946,91	-2.88%

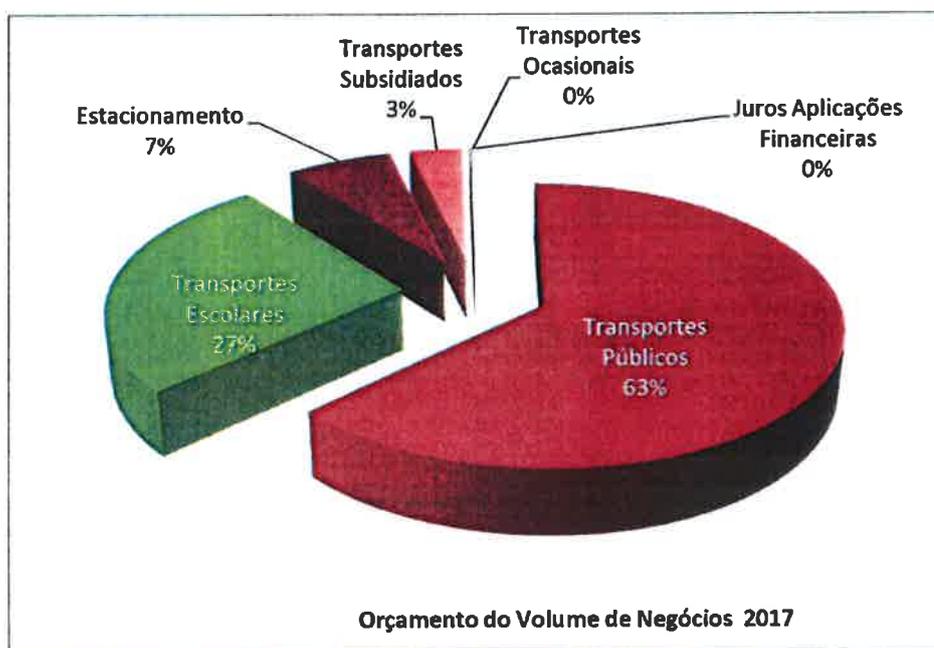
Comparativamente ao orçamento elaborado para 2016, o valor previsto dos rendimentos traduz uma diminuição na ordem dos 2,88%, que se justifica pela diminuição dos proveitos provenientes dos transportes escolares, cujos preços de mercado reduziram significativamente em 2016, contrariamente à nossa previsão anterior.

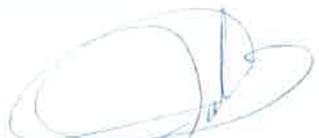
A receita proveniente da prestação de serviços foi calculada em função dos valores obtidos à data de 30 de junho de 2016, projetados a 31 de dezembro de 2016.

A previsão da distribuição dos rendimentos pelos segmentos de atividade da empresa, é conforme segue:

- Transportes públicos de passageiros: prevemos um valor total de 579.356,67 €, que resulta da soma do subsídio à exploração no valor de 438.730,41 € e dos proveitos próprios da atividade no montante de 140.626,26 €.
- Estacionamento: prevemos o valor de 62.874,70 €, correspondente ao ano completo de atividade.
- Transportes escolares: atendendo aos fatores supra enunciados, é expectável o valor de proveitos de 242.830,40 €.
- Transportes subsidiados pelo Município: Face ao histórico de 2016, prevemos uma receita de 31.029,40 €.
- Transportes ocasionais: Considerámos a previsão de 2.642,64 €, reflexo da diminuição da procura evidenciada no ano anterior.

O peso relativo das diversas rubricas que compõem os rendimentos e réditos, fica deste modo distribuído:



Cy 

Seguidamente apresenta-se o mapa discriminado dos rendimentos e réditos orçamentados para 2017, com comparação ao orçamento de 2016.

RENDIMENTOS		
	Orçamento 2017	Orçamento 2016
Prestação de serviços	480.003,40	603.332,67
Transportes passageiros	276.602,44	306.616,33
Aluguer subsidiado	31.029,40	4.459,80
Transportes escolares e outros	242.830,40	294.179,80
Transportes ocasionais	2.642,64	7.875,73
Transportes urbanos de passageiros	140.626,26	135.907,37
Bilhetes	62.903,18	59.292,29
Bilhetes a bordo	48.230,16	43.173,73
Bilhetes pré-comprados	14.673,02	16.118,56
Passes	77.723,08	76.615,08
Geral	29.348,88	27.477,33
Jovens	26.171,78	24.716,48
Seniores	21.269,22	23.124,31
Cartões	933,10	1.296,96
Estacionamento	62.874,70	58.776,64
Bilhetes	62.874,70	58.776,64
Subsídio à exploração	438.730,41	440.832,57
Contrato de gestão	438.730,41	440.832,57
Outros rendimentos e ganhos	0,02	2.977,29
Publicidade	0,00	2.133,33
Outros	0,02	843,96
Juros dividendos e outros rendimentos similares	0,96	936,71
Juros de aplicações financeiras	0,96	936,71
TOTAL DOS RENDIMENTOS	918.734,79	945.945,91
% da Indemnização compensatória/Rendimentos Totais	48%	47%

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

Gastos

Relativamente aos gastos, a previsão para 2017, assenta nos mesmos critérios de prudência e na continuação de adoção de políticas de gestão que se traduzem na simplificação, rigor e transparência.

Handwritten signature and initials in blue ink at the bottom right of the page.

Ao contrário dos rendimentos e réditos, o passivo e os custos apresentados não resultaram de uma quantificação por defeito.

O quadro seguinte apresenta as principais rubricas de gastos, com os valores orçamentados para 2017 e 2016, e respetivos desvios. Da análise do quadro, constata-se uma diminuição dos gastos na ordem dos 3,97%, relativamente ao ano anterior, destacando-se o aumento das depreciações, devido ao investimento em equipamento básico e administrativo efetuado em 2015, cuja amortização teve início em 2016 e à aquisição do mini autocarro a efetuar em 2017.

GASTOS	Orçamento 2017	Orçamento 2016	Desvio
FSE	621.237,09	688.395,38	-9,76%
Gastos com o pessoal	184.961,32	183.293,19	0,9%
Gastos de depreciação/amortização	93.512,30	68.091,27	37,33%
Outros Gastos e Perdas	405,56	270,41	50%
Gastos e perdas de financiamento	0,30	85,09	-75%
Impostos sobre rendimento período	3.909,83	1.220,22	220,42%
TOTAL DOS GASTOS	904.026,40	941.366,56	-3,97%

A totalidade dos gastos perfaz o valor de 904.026,40 €, sendo a rubrica de fornecimentos e serviços externos a de maior relevância orçamental, na medida em que inclui o valor dos subcontratos, designadamente o que se refere aos transportes urbanos.

Globalmente, os fornecimentos e serviços externos previstos para 2017, refletem uma redução de 9,76% face ao orçamento do ano anterior.

Quanto às restantes despesas, as variações, a acontecer, representam na sua maioria reduções relativamente ao previsto para 2016, atendendo à política de contenção de custos seguida.

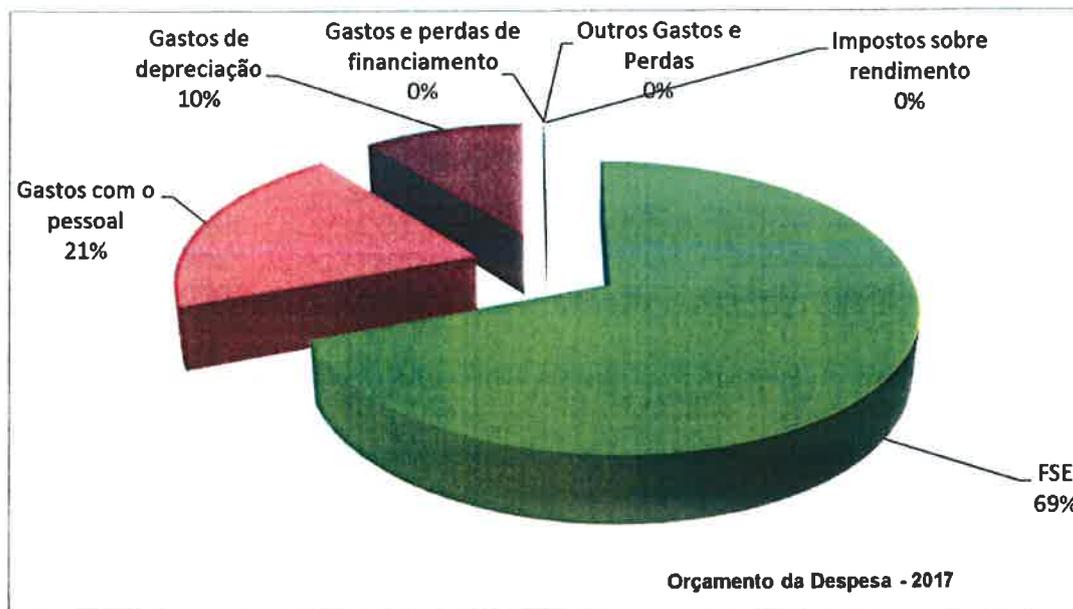
A orçamentação das remunerações com pessoal contempla o acréscimo do nosso mapa de pessoal, devido ao recrutamento em 2016 de 3 motoristas.

Importa salvaguardar aqui a imprevisibilidade no que se refere às consequências da legislação em matéria de gastos com o pessoal.



Os cálculos foram efetuados de acordo com a legislação em vigor em 2016.

A seguir apresenta-se um gráfico com o peso relativo das diversas rubricas de gastos.



Apresenta-se o mapa discriminado dos gastos orçamentados para 2017, com comparação ao orçamento de 2016:



[Handwritten signature]

GASTOS		
	Orçamento 2017	Orçamento 2016
Fornecimentos e serviços externos	621.237,09	688.396,38
Subcontratos	462.007,69	509.119,01
Transportes Públicos	240.550,85	280.000,00
Outros alugueres	18.518,74	19.119,01
Transportes Escolares	202.938,00	210.000,00
Serviços especializados	62.847,36	76.180,70
Trabalhos especializados	5.528,96	4.930,64
Honorários	13.281,26	13.200,00
Publicidade e propaganda	4.850,00	9.332,91
Vigilância e segurança	8.373,48	8.861,27
Conservação e reparação	30.369,56	39.384,08
Serviços bancários	444,10	371,80
Outros	0,0	100,00
Materiais	6.436,84	5.503,33
Ferramentas e Utensílios	126,48	60,12
Livros e documentação técnica	200,00	86,67
Material de escritório	6.010,36	5.275,21
Artigos para oferta	100,00	81,33
Energia e fluidos	69.378,22	77.826,64
Eletricidade	2.429,04	2.445,87
Combustíveis	56.541,60	74.989,87
Água	407,58	389,80
Deslocações estadas e transportes	775,94	941,09
Deslocações e estadas	775,94	941,09
Serviços Diversos	8.640,00	0,00
Rendas e Alugueres	8.640,00	0,00
Comunicação	2.092,78	1.987,53
Telefones, correio telemóveis	2.092,78	1.987,53
Seguros	15.587,04	14.718,11
Responsabilidade civil	15.587,04	14.718,11
Contencioso e notariado	1.301,66	670,96
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza higiene e conforto	2.166,36	1.449,11
Outros Serviços	3,30	0,00
Gastos com o pessoal	184.981,32	183.293,19
Remunerações órgão sociais e pessoal	142.578,96	146.192,07
Encargos sobre remunerações	33.578,60	32.266,43
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5.583,90	3.449,42
Outros gastos com o pessoal	3.219,86	1.385,27
Gastos de depreciação e de amortização	93.512,30	68.091,27
Edifício, Equipamento Básico e Administrativo	93.512,30	68.091,27
Outros Gastos e Perdas	406,66	270,41
Outros	406,66	270,41
Gastos e perdas de financiamento	0,30	85,09
Juros suportados	0,30	85,09
Impostos sobre o rendimento do período	3.909,83	1.220,22
IRC	3.909,83	1.220,22
TOTAL DOS GASTOS	904.026,40	941.355,66



Gastos:

O valor dos Fornecimentos e serviços externos para 2017 foi calculado com base nos valores reais de Junho de 2016, projetados à data de 31 de dezembro 2016, à exceção das seguintes rubricas que foram calculadas com base na atividade operacional prevista para 2017:

- **Subcontratos**
Incluem os custos diretos dos transportes urbanos e escolares, atentas as necessidades previstas para 2017, com base no valor dos contratos adjudicados em 2016.
- **Gastos de depreciação/amortizações**
Incluem a depreciação do Investimento a efetuar em 2017 (aquisição de um mini autocarro urbano).

Plano Anual de Investimentos 2017

É nossa intenção proceder à aquisição de um mini autocarro urbano, com o objetivo de integrar o segmento dos transportes urbanos, uma vez que atualmente a Tumg tem necessidade de recorrer ao aluguer, quando ocorre a imobilização de uma das viaturas afetas a este serviço. Esta viatura permitirá à Tumg dispor de uma viatura de substituição.

INVESTIMENTOS		Orçamento 2017
Aquisição de 1 mini autocarro		80.500,00
Total dos Investimentos		80.500,00

INVESTIMENTOS		Orçamento 2017
Ativos Fixos Tangíveis		
Equipamento Básico		80.500,00
Total Geral		80.500,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom and several smaller ones above it.

Orçamento de Exploração Plurianual – 2017-2019

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		
	Orçamento 2017	Orçamento 2016
Vendas e serviços prestados	480.003,40	503.332,67
Subsídios à exploração	438.730,41	440.832,57
Fornecimentos e serviços externos	- 621.237,09	- 688.395,38
Gastos com pessoal	- 184.961,32	- 183.293,19
Outros rendimentos e ganhos	0,02	843,96
Outros gastos e perdas	- 405,56	- 270,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	112.129,86	73.050,24
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 93.512,30	- 68.091,27
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	18.617,56	4.958,97
Juros e rendimentos similares obtidos	0,96	936,71
Juros e gastos similares suportados	- 0,30	- 85,09
Resultado antes de impostos	18.618,22	6.810,59
Impostos sobre o rendimento do período	- 3.909,83	- 1.220,22
Resultado líquido do período	14.708,39	4.590,35



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Orçamento 2017	Orçamento 2018	Orçamento 2019
Vendas e serviços prestados	480.003,40	484.803,43	489.651,47
Subsídios à exploração	438.730,41	443.117,71	447.548,89
Fornecimentos e serviços externos	- 621.237,09	- 627.449,46	- 633.723,96
Gastos com pessoal	- 184.961,32	- 186.810,93	- 188.679,04
Outros rendimentos e ganhos	0,02	0,02	0,02
Outros gastos e perdas	- 405,56	- 409,62	- 413,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	112.129,86	113.251,15	114.383,67
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 93.512,30	- 92.044,28	- 91.875,30
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (Perdas/Reversões)	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	18.617,56	21.206,87	22.508,37
Juros e rendimentos similares obtidos	0,96	0,97	0,98
Juros e gastos similares suportados	- 0,30	- 0,30	- 0,31
Resultado antes de impostos	18.618,22	21.207,54	22.509,04
Impostos sobre o rendimento do período	- 3.909,83	- 4.453,58	- 4.726,90
Resultado líquido do período	14.708,39	16.753,96	17.782,14

O Orçamento plurianual de exploração (2017/2019) foi obtido com base nas seguintes premissas:

- Subsídio à exploração: aumento de 1% ao ano
- FSE: aumento de 1% ao ano
- Valores correntes, utilizando uma taxa de inflação de 1%
- Gastos com pessoal e outros custos operacionais: valores constantes
- IRC: 21% dos resultados antes de impostos.



Orçamento Anual de Tesouraria – 2017

RUBRICAS	Previsão 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto	
Recebimentos de clientes	987.580,32
Pagamentos a fornecedores	-766.880,76
Pagamentos ao pessoal	-183.731,24
Caixa gerada pelas operações	36.968,31
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-68.766,39
Outros recebimentos/pagamentos	-404,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-32.202,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-99.015,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-99.015,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	0,00
Juros e gastos similares	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-131.217,96
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	255.391,47
Caixa e seus equivalentes no fim do período	124.173,51



Balanço Previsional Plurianual – 2017-2019

RUBRICAS	Previsão 2017	Previsão 2018	Previsão 2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	439.972,83	347.928,55	256.053,25
Ativos intangíveis	-	-	-
	439.972,83	347.928,55	256.053,25
Ativo corrente			
Clientes	163.624,22	165.260,47	166.913,07
Estado e outros entes públicos	80.647,75	82.701,83	94.676,45
Outras contas a Receber	27.132,44	27.403,76	27.677,80
Caixa e depósitos bancários	124.173,51	222.780,61	320.302,90
	395.577,92	498.146,67	609.570,22
Total do Ativo	835.550,75	846.075,22	865.623,47
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	338.000,00	338.000,00	338.000,00
Reservas legais	34.957,67	36.427,67	38.102,67
Resultados transitados	287.922,69	301.161,08	316.240,04
	660.880,36	675.588,75	692.342,71
Resultado líquido do período	14.708,39	16.753,96	17.782,14
Total do capital próprio	675.588,75	692.342,71	710.124,86
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	-	-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	146.529,93	139.661,47	141.058,08
Estado e outros entes públicos	13.432,07	14.071,04	14.440,53
	-	-	-
Total do Passivo	159.962,00	153.732,51	155.498,61
Total do capital próprio e do passivo	835.550,75	846.075,22	865.623,47

CF

Ca

[Handwritten signature]

PRESENTE
IMEDIATAMENTE
11 DE DEZ 2016
COMISSÃO DE NOMEAÇÃO

[Handwritten signature]

CF

[Large handwritten signature]

Conclusão

Globalmente prevemos rendimentos e réditos num total de 918.734,79 € e gastos num total de 904.026,40 €, originando um resultado de 14.708,39 €.

A nossa preocupação continuará a ser a prossecução de uma gestão de rigor do património coletivo, visando a satisfação das necessidades de mobilidade e acessibilidade dentro do espaço urbano, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.

Aprovado em Conselho de Administração em reunião de 14 de Outubro de 2016

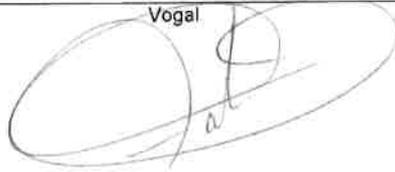
Conselho de Administração

Presidente



Paulo Jorge Campos Vicente

Vogal



Maria de Fátima Malessio Cardoso



JOÃO CRUZ

PARECER SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução:

1. Para os efeitos do artigo 25.º, alínea j) da Lei n.º 50/2012 em 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25/08 e pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2017, da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM unipessoal, SA, consistindo, nos planos de actividades anuais e plurianuais, orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com a autarquia local, planos de investimento anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento.

Responsabilidades:

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito:

4. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a adequação da apresentação da informação previsional;

b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objectivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer:

7. Com base no trabalho efectuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, a qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adoptados pela entidade.

8. Devemos contudo advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

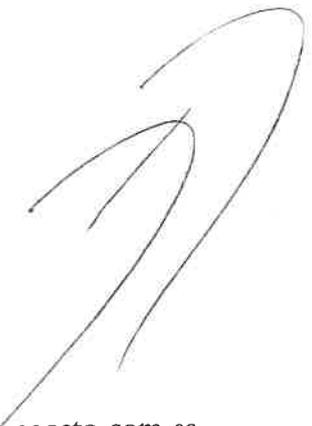
2

Marinha Grande, 17 de Outubro de 2016

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda
SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228

A vertical column of handwritten signatures and initials on the right side of the page. From top to bottom, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, then a set of initials, and finally a signature with a checkmark-like symbol at the end.



PARECER PRÉVIO SOBRE A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA

Introdução:

1. Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25/08, pela Lei n.º 69/2015, de 16/07 e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 apresentamos o nosso parecer prévio sobre a celebração do contrato-programa “Prestação de Serviços de Interesse Geral de Transporte de Passageiros”, previsto no art.º 47.º da citada lei, entre TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA e o Município da Marinha Grande, do qual resulta uma indemnização compensatória no valor de 438.730,41 euros para o exercício de 2017.
2. Estas indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade e dizem respeito a prática de políticas de preços de que decorrem receitas operacionais anuais inferiores aos custos anuais.

1

Responsabilidades:

3. É da responsabilidade do conselho de administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado contrato-programa e os respectivos pressupostos que lhe estão subjacentes.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correcção do cálculo do valor da indemnização compensatória e verificar a adequação do contrato-programa à legislação em vigor, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito:

5. O trabalho a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Directriz de Revisão/Auditoria 872 – Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas e com base da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25/08, pela Lei n.º 69/2015, de 16/07 e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30/03.



Parecer:

6. Com base no trabalho efectuado, somos de parecer que o contrato-programa cumpre os requisitos previstos no art.º 47 da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2014, de 25/08, pela Lei n.º 69/2015, de 16/07 e pela Lei n.º 7-A/2016, de 30/03 que o valor das indemnizações compensatórias está adequadamente calculado e decorre dos termos do referido contrato programa.

7. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases:

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

8.1 – Chamamos a atenção que independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração deste contrato-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.

2

Marinha Grande, 17 de Outubro de 2016

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228